

ELEIÇÃO DO SINDÁGUA E DEAPES

COMEÇA A VOTAÇÃO EM TODO O ESTADO

Os trabalhadores sindicalizados e os aposentados filiados ao DEAPES vão exercer o sagrado direito de voto para eleger as direções do SINDÁGUA e do Departamento de Aposentados. O comparecimento às urnas, em todo o Estado, é importante para referendar a união e o fortalecimento das entidades e da categoria para enfrentar os desafios impostos à classe trabalhadora pelo governo e o Congresso golpistas.

Os companheiros do interior já estão recebendo os kits para votarem por correspondência e devem reenviar as cédulas com seus votos pelos Correios, o mais rápido possível, para que sejam apurados até o dia 2 de março.

Pag. 3



Trabalhadores *Contribuição Sindical* **SUSTENTAÇÃO DA LUTA**



Os trabalhadores representados pelo SINDÁGUA participarão de assembleias, de 5 a 9 de fevereiro, para deliberar sobre a contribuição sindical e a sustentabilidade do Sindicato para os desafios e lutas na defesa dos direitos da categoria.

O fortalecimento do Sindicato é determinante para enfrentarmos as severas ameaças da reforma trabalhista e previdenciária, além de contrapor os objetivos do governo golpista de desmonte dos sindicatos em todo o País.

Pags. 4-5

PCCS não agrada na área operacional e precisa mudar

Pag. 6

● **PROPOSTA DA COPASA PARA ALTERAR JORNADA É CONTESTADA PELO JURÍDICO DO SINDÁGUA**

Pag. 2

● **POPULAÇÃO E TRABALHADORES PREJUDICADOS COM FECHAMENTO DE AGÊNCIA NA CIDADE NOVA**

Pag. 7

VAMOS À LUTA PELOS NOSSOS DIREITOS

A perspectiva vivida pelos brasileiros é a pior possível com as medidas ditatoriais tomadas pelo governo golpista. Os trabalhadores estão seriamente ameaçados com a destruição de direitos trabalhistas consagrados na CLT, arrancados pela força de um decreto aprovado por quadrilhas de corruptos que tiveram os votos comprados no Congresso Nacional e Senado. A mesma quadilha que impediu o Supremo Tribunal Federal de investigar crimes cometidos pelo chefe que usurpa o poder na presidência da República.

Estes mesmos parlamentares, que plantaram 117 alterações nos artigos da CLT através da Reforma Trabalhista (Lei 13.467), são buscados para mais um golpe em 20 de fevereiro, para sepultar o direito dos trabalhadores à aposentadoria.

Deve-se lembrar ainda da trágica aprovação que permite a terceirização escancarada, atingindo até atividades fins nas empresas, o corte de investimentos nas áreas de educação, saúde e demais serviços públicos, a entrega do pré-sal ao capital estrangeiro, e até a tentativa de atenuar a fiscalização do Ministério do Trabalho, para possibilitar o avanço no País de atividades análogas à escravidão, prontamente denunciadas internacionalmente.

José Maria dos Santos - Presidente

Em nosso setor de atividade, o saneamento, serviço essencial para a saúde da população, o governo golpista intenciona transformá-lo na bola da vez dos processos de privatização, facilitando a exploração de tarifas públicas por empreiteiras envolvidas até o pescoço na corrupção investigada na Operação Lava Jato, no escândalo da Petrobrás, conseguindo superar as próprias fronteiras brasileiras e operando propinas em diversos países.

Este é o estado de coisas que precisamos impedir com a mobilização da sociedade brasileira, com a luta dos sindicatos para preservar direitos da classe trabalhadora. Somente com a nossa união, com nossa responsabilidade em defender a Nação e o povo poderemos limpar da vida pública estas quadrilhas que assaltam o País e tentam destruir os avanços sociais alcançados com o governo democrático, que está sendo impedido de representar um povo que o elegeu livremente nas urnas e pôde colher os frutos da responsabilidade social.



SINDICATO CONTESTA MUDANÇA DE ESCALA DE TRABALHO E AMEAÇA DE QUEBRA DE ACORDO

Os trabalhadores da área operacional da Copasa, na Região Metropolitana e no interior, estão assustados e indignados com a proposta de nova escala de trabalho apresentada pela Copasa, para substituir os plantões e acabar com as horas extras, em flagrante descumprimento das regras definidas no Acordo Extraordinário assinado entre o SINDÁGUA e a empresa em 1996. A escala proposta pela empresa penaliza todos os trabalhadores.

O SINDÁGUA e seu departamento jurídico, tão logo foram informados dessas alterações pelos diretores de base, imediatamente procuraram apurar o que estava acontecendo. Em reunião com representan-



tes da área operacional da Copasa, fomos informados que o Ministério Público do Trabalho havia recebido denúncias sobre possível excesso de horas extras na empresa.

O MPT cobrou a regularização das horas extras, e a Copasa então aproveitou a oportunidade para tentar alterar escala de trabalho e de plantões no setor operacional, pas-

sando por cima de Acordos Coletivos Extraordinários firmados com o SINDÁGUA.

A proposta causou indignação no Sindicato, que rechaça quaisquer propostas de alteração nas jornadas de trabalho dos distritos operacionais da Copasa. O SINDÁGUA contesta junto ao MPT a mudança de escala, que é extremamente prejudicial ao trabalhador, pois acaba com as horas extras, não define formas de compensação e revoga acordos extraordinários. Alterações de jornada de trabalho só poderão ser feitas com a concordância do Sindicato, pois o ACT 2017/2018 reafirma a validade e a vigência dos acordos coletivos extraordinários.

Exerça seu direito de voto

Trabalhadores da ativa filiados ao SINDÁGUA-MG e aposentados associados ao DEAPES vão exercer o seu direito sagrado de voto e referendar a sua plena disposição para, em conjunto com a nova direção do Sindicato, enfrentar os desafios deste governo e Congresso golpistas, que tentam destruir as organizações sindicais com a supressão de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores copasianos e do saneamento.

Devemos lembrar que os riscos de privatização e terceirizações continuam e a cada dia tomam mais força, com a ampliação das contratações de terceiros e a tentativa de substituir a mão de obra concursada, sob alegações de pagamentos

de benefícios e vantagens.

A reforma trabalhista e as terceirizações têm que ser combatidas, não podemos abrir mão de nossas conquistas de anos de lutas, como quinquênios, cesta básica, tíquetes, férias, planos de saúde, participações nos lucros, vales transportes e

outras conquistas.

Vamos votar de forma maciça para impedir os ataques aos nossos direitos e conquistas. Em breve, começarão nossas negociações sindicais e a força da unidade tem que ser exercida. “Nenhum direito a menos”, esse é o lema.



Trabalhadores e aposentados já recebem os kits de votação

Os trabalhadores no interior e companheiros aposentados já estão recebendo seus kits para votarem por correspondência no processo eleitoral do SINDÁGUA e do DEAPES.

Nestes kits, os associados recebem a cédula de votação, um envelope com ficha de identificação, já registrado com “porte pago”, para reenviar seu voto pelos Correios. O procedimento para a votação segura e inviolável está descrita em “Orientação para votação”, enviada junto com o kit pela Junta Eleitoral. Trabalhadores na ativa e aposentados devem votar o mais rápido possível, para que as cédulas cheguem em tempo hábil no SINDÁGUA, para serem apuradas até o dia 2 de março.

Os trabalhadores na capital e Grande BH

votarão em urnas fixas ou itinerantes entre os dias 26 de fevereiro e 2 de março.

Lembramos aos associados do SINDÁGUA e do DEAPES para a importância do comparecimento às urnas, para atingirmos o quórum necessário e não precisarmos repetir o processo eleitoral em “segundo escrutínio”, evitando que os trabalhos de ambas as entidades sejam prejudicados com o volumoso material que eventualmente precisaria ser reproduzido.

Logo após a votação, já estaremos realizando os primeiros passos de nossa “Campanha Salarial 2018”, convocando a categoria para discutir e aprovar sua Pauta de Reivindicações para negociações com a Copasa e demais empresas onde temos companheiros representados.

SÓ COM A LUTA SINDICAL MANTEREMOS OS DIREITOS

Nos próximos dias, os trabalhadores participarão em todo o Estado de assembleias que discutirão a sustentação e fortalecimento sindical como decisiva para que os direitos da categoria sejam defendidos.

Nestas assembleias, os trabalhadores vão discutir e

votar a proposta de desconto de um dia de trabalho por ano para a manutenção e investimentos na estrutura do SINDÁGUA para a luta cotidiana dos interesses da categoria. Este dia de trabalho por ano tem um valor de 0,27% do que o trabalhador recebe de remuneração em 12 meses, sem considerar ainda o

13º salário, a PL e a gratificação de férias de 90% da remuneração, o que faz com que este desconto para o sindicato despenque ainda mais.

Para se ter uma ideia, para um salário de R\$ 2.000,00, um trabalhador ganharia no ano em torno de R\$ 29.000,00 (considerando uma PL de R\$ 2.000,00). Este trabalhador que teria este valor de remuneração em um ano teria um desconto de R\$ 66,00 a título de contribuição sindical, para sustentar o Sindicato que luta para manter e avançar os direitos da categoria, além de manter toda a estrutura para o atendimento cotidiano ao conjunto dos trabalhadores.

O que representa a sua **Contribuição Anual** em relação a todas as conquistas

Item		Valor
Tiquete Alimentação	Valor total mensal	R\$ 753,40
	Valor por tiquete (22)	R\$ 34,25
Cesta Básica		R\$ 425,22
Cesta de Natal (até R\$3.575,32)		R\$ 341,16
Auxílio Educação		R\$ 628,99
Auxílio Educação Especial		R\$ 628,99
Auxílio Creche (até 2 anos)		R\$ 661,71
Auxílio Creche (de 2 a 7 anos)		R\$ 661,71
Auxílio Creche (até 7 anos) cuidados especiais		R\$ 661,71
Tabela de Benefícios		
Reembolso Assistência Especial Saúde		R\$ 882,29
Auxílio Funeral		R\$ 2.333,01
GDV		R\$ 15,99

Qual o impacto da "Contribuição Sindical" na renda de um trabalhador?

Cálculos sobre um salário de R\$ 2.000,00

12 meses	R\$ 24.000,00
13º salário	R\$ 2.000,00
1 dia de trabalho	R\$ 66,00





CONTRIBUIÇÃO AO SINDICATO PELA SOBREVIVÊNCIA DAS CONQUISTAS

A intenção do governo golpista quando incluiu o “fim do imposto sindical” entre as mudanças da “Reforma Trabalhista” foi claramente de destruir a luta e mobilização dos trabalhadores para manter seus direitos coletivos. Querem enfraquecer a luta dos trabalhadores, tirando dos sindicatos a condição de sustentabilidade financeira.

Entendem que os sindicatos não podem ter dinheiro para mobilizações dos trabalhadores e movimentos sociais relevantes, como os que participamos contra a ditadura militar, pela anistia, pelas diretas já, para eleger governos democráticos e de compromissos sociais.

Além destas lutas por um regime democrático, a grande luta hoje do movimento sindical é pela manutenção dos direitos trabalhistas e conquistados em acordos e convenções coletivas, além de garantir aos trabalhadores os direitos à Previdência

Social, ameaçada por mais um golpe pela ditadura Temer.

Em nosso caso específico, temos também as severas ameaças de privatização contra as empresas estatais de serviços urbanos essenciais para a população. O governo golpista insiste em privatizar o setor elétrico e tirar do estado os serviços de saneamento, num processo de sucateamento para entregá-los a preço de banana para a iniciativa privada.

Estes desafios exigirão do nosso Sindicato uma ação vigorosa no dia a dia, defendendo os direitos dos trabalhadores, preservando a empresa pública e os interesses da própria sociedade. Só teremos condições de fazer este enfrentamento com uma estrutura forte, acompanhamento jurídico permanente e mobilizações constantes contra atitudes entreguistas de fazer licitações viciadas dos serviços públicos essenciais.

Contribuição Sindical

A CATEGORIA DECIDE

Os trabalhadores em todo o Estado estarão reunidos em assembleias entre os dias 5 a 9 de fevereiro para discutir e se posicionar em votação pelo desconto de um dia de trabalho, em março, em favor do Sindicato, como contribuição sindical para sustentação da estrutura do Sindicato nas lutas pelos interesses da categoria.

A diretoria plena do SINDÁGUA estará reunida dia 2 de fevereiro, para discutir e definir uma orientação a ser defendida junto aos trabalhadores em todos os locais onde a categoria é representada.

Chamamos atenção dos trabalhadores para a importância desta decisão, para que nosso Sindicato se mantenha como instrumento forte para enfrentamento das dificuldades nas relações do trabalho e possamos manter as conquistas e avançar nos direitos da categoria.

Participe. Cada um fortalece o Sindicato!



ASSEMBLEIA GERAL

**Dias 5 a 9 de fevereiro
EM TODO O ESTADO**

**Dia 8 de fevereiro - 12 horas
Sede do SINDÁGUA**

Discutir e se posicionar em votação pelo desconto de um dia de trabalho, em março, em favor do Sindicato, como contribuição sindical

Sindicato solicita à Copasa correções no Plano de Cargos e Salários

A direção do SINDÁGUA reuniu-se com o diretor de Gestão Corporativa da Copasa (DGC), Francisco Cançado, no dia 25 de janeiro, quando encaminhou uma série de questionamentos dos trabalhadores após a implementação das mudanças no Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

O Sindicato arrolou em ofício demandas importantes, recebidas pelo diretor corporativo da empresa, que se comprometeu a encaminhá-las à direção da empresa.

As reivindicações apresentadas à empresa para ajustes no PCCS (veja quadro ao lado) foram baseadas em informações dos trabalhadores vindas de todo o Estado e encaminhadas pelos diretores do SINDÁGUA, tendo sido acompanhadas pelas assessorias técnicas contratadas pelo Sindicato no acompanhamento dos estudos para as mudanças no Plano de Cargos.

O Sindicato aguarda o posicionamento da direção da Copasa em tempo hábil antes do processo eleitoral deste ano, que tornam mudanças impeditivas.



Diretores do SINDÁGUA se reuniram com Fernando Duarte, técnico do Dieese, para analisar as demandas dos trabalhadores para ajustes no PCCS

REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS À COPASA PELO SINDÁGUA PARA AJUSTES NO PCCS

- Até o presente momento o Sindicato ainda não recebeu da Copasa os documentos relativos às normas e regras definidas para o novo PCCS;
- Lembramos que, segundo afirmações da própria DGC, as inconsistências, erros e equívocos no processo de implantação poderiam ser sanadas;
- Solicitamos esclarecimento sobre os critérios e metodologia utilizados para o enquadramento e movimentações dos trabalhadores em diversas especialidades para as posições iniciais;
- Informações sobre as movimentações derivadas dos Pedidos de Promoção Funcional (PMF) que estavam pendentes por crescimento, promoções, transferências e acessos, nas regras e tabelas anteriores do PCCS;
- Não respeito na nova tabela dos critérios para os empregados de uma mesma carreira, onde são exigidos os três estágios, sendo que na nova tabela estão acima das exigências contidas no PCCS;
- Revisão do crescimento por avaliações, incluindo por tempo ou mesmo reduzindo para um ano. Da forma que está, a cada dois anos, fica impossível o trabalhador alcançar o final da carreira em sua vida de trabalho na empresa;
- Efetivação das avaliações realizadas em 2014 e 2015, pois foram comprometidas e realizadas dentro das regras anteriores;
- Reivindicamos também que para as promoções sejam acrescidos 10% no estágio atual.

FECHAMENTO DE AGÊNCIA DIFICULTA ATENDIMENTO E PREJUDICA TRABALHADORES

Clientes e trabalhadores da Copasa reclamam do fechamento da Agência de Atendimento Cidade Nova (avenida Cristiano Machado, 1.465), que recebia consumidores das regiões Nordeste, Norte e parte da Leste. Com o fim das atividades do posto, no dia 8 de janeiro, os usuários são aconselhados a procurar as unidades do bairro Floresta e de Venda Nova, sobrecarregando o atendimento e os trabalhadores da empresa nestes dois locais, mas com reflexos também na agência do Carlos Prates.

O impacto na agência da Floresta é enorme, mesmo com o reforço de dois funcionários que foram transferidos com o fechamento da unidade da Cidade Nova. A procura aumentou consideravelmente e o posto está sempre lotado, passando de uma média de 230 atendimentos diários para 350. Com isso, o tempo de espera dos clientes, que antes era de cerca de 30 minutos, agora é de no mínimo duas horas.

No posto do Carlos Prates, o impacto foi menor, mas as reclamações de clientes e trabalhadores com a precarização do serviço são antigas e constantes. A agência



está sempre lotada, o número de atendentes é insuficiente e a estrutura do local é acanhada para o volume de reclamações.

A agência da Cidade Nova abrange mais de 50 bairros, com uma média de 180 atendimentos diários – de acordo com levantamentos, em seis meses, de julho a dezembro de 2017, foram realizados mais de 27 mil. No posto, trabalhavam quatro atendentes e um encarregado, transferidos provisoriamente para outras agências. A empresa não comunicou aos trabalhadores se a mudança é definitiva e nem mesmo o que acontecerá com eles.

De acordo com funcionários, a Copasa sempre ameaçava fechar a agência da Cristiano Machado, sob a alegação de que

o número de atendimentos era pequeno. E o fim das atividades no posto acabou acontecendo depois de um roubo ocorrido durante fim de semana. O ladrão (ou ladrões) furou um buraco na parede da agência, que faz divisa com área do Parque Municipal Orlando de Carvalho Silveira, e invadiu a loja, roubando um monitor. No ano passado, já haviam sido registrados três roubos de fios no local.

O SINDÁGUA defende a reabertura da agência - no mesmo prédio há lojas mais seguras -, garantindo as condições de trabalho dos atendentes e a eficiência no atendimento aos clientes.

CATEGORIA FICA SEM ASSISTÊNCIA COM DESMANCHE DO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL

A Copasa abandona os seus trabalhadores à própria sorte, com o desmanche do setor de Serviço Social, essencial no apoio aos funcionários e familiares, em caso de problemas sérios que dificultem o desempenho no trabalho, como os de ordem psicológica, entre outros. A área perdeu as três assistentes sociais de que dispunha e foi contratada apenas uma pessoa para substituí-las.

Um desmonte cruel e inexplicável, em uma empresa que conta com mais de 11 mil trabalhadores e com um registro significativo de ocorrências de casos que necessitam de acompanhamento específico. É frequente ouvir relatos sobre companheiros que precisam de assistência por causa de problemas psicológicos, restrições funcionais, conflitos de relacionamento, entre outros casos.

A Copasa não cumpre o que chama de alcance do Serviço Social: “Atua com orientação e assistência aos empregados e familiares, em situações que possam



interferir no desempenho profissional, prática denominada Acompanhamento Psicossocial. Além de atuar nos Programas de Assistência Especial, Reabilitação Profissional”.

O SINDÁGUA discute com a empresa a importância de revitalizar o setor de Serviço Social, sobretudo no momento em que direitos duramente conquistados são destruídos pelo governo golpista de Michel Temer.

Ressaltamos que assistência social difere de assistencialismo. Trata-se de uma política pública de Seguridade Social prevista na Constituição Federal de 1988 e

direito de cidadãos e cidadãs, assim como a saúde, a educação, a previdência social etc. É regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na qual podem atuar diferentes profissionais, dentre eles o assistente social.

O serviço social é uma profissão cada vez mais requisitada, tanto no setor público quanto no privado, propiciando uma abordagem humanística dentro da área de Recursos Humanos e com atuação direta nas relações de trabalho e na gestão da força de trabalho.

Uma empresa com responsabilidade social deve levar em consideração que os fatores sociais, psicológicos, grupais e motivacionais fazem diferença no envolvimento do trabalhador com o trabalho e com a produtividade. Por isso, é preciso contar com serviços de tratamento de necessidades especiais nas diversas áreas da saúde e da educação, para estimular efetivamente os trabalhadores nos processos de produção e operação, para que a empresa atinja suas metas sem penalizar a categoria.

VAMOS À GUERRA PELOS DIREITOS

Exigimos um governo de responsabilidade social



Quando o povo brasileiro decidiu apostar numa candidatura de perfil social, com histórico de lutas pelos direitos dos trabalhadores, foi necessário suplantar uma rejeição virulenta de setores da elite, que temiam perder seus espaços de poder, levando figuras de exponencial público declararem que fugiriam do País, caso alguém que representasse as classes mais pobre chegasse ao poder com o discurso de justiça social.

Pelo lado do povo pobre e sofrido também passamos a ter o nosso medo, pois o governo que elegemos, a título da governabilidade, precisaria governar para todos, e necessitaria de aprovar medidas num Congresso Nacional entupido de representantes das classes abastadas. Ou se pensava numa composição que viabilizasse a governabilidade, ou aconteceria o mesmo que ocorreu com Collor de Mello, eleito por um partido minúsculo e defenestrado do poder, depois de apurada corrupção em seu governo. Veja-se que, com um Congresso corrupto, Temer sabe muito bem o que fazer para ter apoio, mesmo com investigações e provas da Polícia Federal de corrupção em seu governo.

Aprendemos dolorosamente que a “composição” significa apenas mistura o joio e o trigo. Não adianta eleger apenas o representante na maior instância de poder. É urgente que façamos uma limpeza no Congresso Nacional e no Senado, e elejamos representantes que não se vendem, que promovam mudanças necessárias, como acabar com o foro privilegiado a corruptos apenas por serem parlamentares.

O episódio do julgamento no último dia 24 de janeiro em Porto Alegre confirma a pesada articulação nos poderes da República intencionando sepultar definitivamente o projeto social em nosso País. Por mais que nutríamos uma esperança de Justiça, o

velho sistema dos “senhores do poder” deu mais uma cartada em sua empreitada golpista para pavimentar uma eleição presidencial que garanta um representante das elites no final deste ano.

A democracia é duramente golpeada, tentando tirar do povo o direito de eleger o seu legítimo representante. Tivemos escancaradamente um julgamento político, pois não cabe aos que estão no governo o mesmo tratamento, mesmo diante dos escândalos de corrupção apurados e comprovados, mas blindados pela tropa de choque no Congresso Nacional, com generosa abertura dos cofres públicos na compra de votos. Foi assim para impedir que o presidente golpista fosse julgado pelo Supremo Tribunal. Também foi deste jeito que compraram os votos para destruir a Consolidação das Leis do Trabalho com uma reforma criminosa e vão engendrando o mesmo comportamento da quadrilha para sepultar a aposentadoria dos trabalhadores brasileiros com outro golpe sobre a Previdência Social.

Este estado de coisas nos deixa uma certeza, não só para os trabalhadores, mas para a sociedade inteira. É preciso uma reação urgente! Só o grito das ruas, as mobilizações com todo o vigor podem impedir o desmanche completo dos avanços sociais na Constituição Federal de 1988 e o que ainda resta da CLT e da Previdência Social.

Uma posição pacífica do conjunto da sociedade só poderá resgatar um controle do estado das mãos de elites que sobreviveram nas sombras da ditadura militar e que têm a corrupção como manual de sobrevivência.

**Vamos à luta!
Pela sobrevivência dos brasileiros em condições de dignidade social!**